

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 113.818 - RS (2019/0163271-8)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : MATHEUS DUARTE GOMES (PRESO)
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por MATHEUS DUARTE GOMES contra o acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul no julgamento no HC n.º 0072353-67.2019.8.21.7000.

Consta dos autos que o Recorrente foi preso em flagrante, em 17/10/2018, pela suposta prática dos ilícitos tipificados no art. 33 da Lei n.º 11.343/2006 e no art. 14 da Lei n.º 10.826/2003, pois teria sido surpreendido na posse de "*dois torrões de maconha (cannabis sativa), pesando aproximadamente 26 gramas, e 84 buchas de cocaína, pesando aproximadamente 24 gramas*"; "*um revólver, marca [...], calibre .38, municiado com 05 cartuchos intactos de igual calibre*"; e a quantia R\$ 366,10 (trezentos e sessenta e seis reais e dez centavos) (fl. 83). A segregação foi convertida em preventiva (fl. 84).

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus*, que teve a ordem denegada, em acórdão assim ementado (fls. 11-12):

"HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA.

Paciente preso, sendo convertida sua prisão em preventiva. Decisões proferidas na origem devidamente fundamentadas. Comprovada a materialidade dos fatos e presentes indícios suficientes de autoria, cabível a prisão preventiva do paciente, nos termos do art. 312 do CPP. Segundo o expediente, a prisão do paciente decorreu de um patrulhamento de rotina, realizado em local conhecido por ser ponto de tráfico de drogas, tendo sido apreendido consigo, em tese, cerca de 50 petecas de cocaína, 02 torres de maconha, 01 revólver, calibre .38 e a quantia de R\$366,10, circunstâncias que se mostram como suficientes para sustentar sua segregação cautelar. Predicados pessoais favoráveis, por si só, não justificam a concessão da liberdade provisória. Inviável o exame aprofundado das provas em sede de habeas corpus. Elementos

contidos no expediente autorizam a manutenção da segregação. Inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois, a princípio, insuficientes e inadequadas ao caso em concreto, conforme já referido. A prisão preventiva não ofende o princípio constitucional da presunção de inocência, nem se trata de execução antecipada da pena. Art. 5º, LXI, da CRFB. ORDEM DENEGADA."

Nas presentes razões recursais, reitera as alegações do writ originário, sustentando, em suma, que não estariam presentes, na hipótese, os requisitos autorizadores da prisão preventiva.

Requer, em medida liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva e, subsidiariamente, sua substituição por medidas cautelares diversas.

É o relatório inicial. Decido o pedido urgente.

Na hipótese, não está presente o *fumus boni iuris* indispensável ao deferimento da medida liminar.

Num juízo de cognição sumária, verifico que o Juízo de origem fundamentou de forma concreta a necessidade da custódia cautelar ao destacar a **gravidade concreta da conduta dos crimes imputados ao Recorrente**, uma vez que foi surpreendido com "*dois torrões de **maconha** (cannabis sativa), pesando aproximadamente 26 gramas, e 84 buchas de **cocaína**, pesando aproximadamente 24 gramas"; "*um revólver, marca [...], calibre .38, municiado com 05 cartuchos intactos de igual calibre*" (fl. 83; sem grifos no original).*

Nesse sentido:

"HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. EXCESSO DE PRAZO NO OFERECIMENTO DA DENÚNCIA.

1. A tese de que haveria excesso de prazo para o oferecimento da denúncia ficou prejudicada após a exordial acusatória ter sido apresentada.

2. Havendo fundamentação concreta para a manutenção da prisão preventiva, a evidenciar a necessidade da rigorosa providência, não há falar em substituição da custódia cautelar pelas medidas alternativas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

3. No caso, a manutenção da constrição cautelar está baseada em elementos vinculados à realidade, pois as instâncias ordinárias fazem referências às circunstâncias fáticas justificadoras, destacando, além da

quantidade da droga - 1.142,00 g de maconha e 177 g de cocaína -, apreensão de uma arma de fogo e balança de precisão, o real risco de reiteração delitiva.

4. Writ parcialmente prejudicado e, no mais, ordem denegada. (HC 440.626/PB, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 12/03/2019.)

Assim, vejo que o caso não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a instrução completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeira instância, notadamente acerca da prisão processual do Recorrente, a serem instruídas com senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora